

## RELATÓRIO DE GESTÃO – BALANÇO ANUAL 2015

**Gestor Responsável:** Carlos Roberto Casteglione Dias

**Identificação:** Anexo I “A” – Contas de Prefeito

**Exercício (período):** 01/01/2015 a 31/12/2015

### APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão compõe a Prestação de Contas do Município de Cachoeiro de Itapemirim, referente ao exercício de 2015, conforme Instrução Normativa nº 34/2015 do TCEES. O presente relatório aborda o desempenho da gestão municipal com destaque para os aspectos elencados no anexo I “A” – Contas de Prefeito.

As informações constantes neste relatório são de natureza qualitativa e quantitativa, onde, por meio de dados coletados nos diversos órgãos da administração municipal, são elencados os fatos de maior relevância acerca dos aspectos supramencionados.

#### **1. Atendimento aos limites constitucionais para realização de despesas em ações e serviços públicos de saúde, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, remuneração dos profissionais do magistério, pertinência dos recursos aplicados em saúde e educação, transferências para o Poder Legislativo, dentre outros limites impostos pela Constituição Federal**

Os dados relativos aos limites Constitucionais foram evidenciados no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO). Para fins de elaboração do presente relatório foram utilizados os dados de encerramento do exercício de 2015, quais sejam: 3º quadrimestre e 6º bimestre, para o RGF e para o RREO, respectivamente.

##### **1.1. Aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde**

O percentual de aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde foi de 17,35%, portanto, acima do limite mínimo de 15% estabelecido pela Constituição Federal. As receitas e despesas com ações e serviços públicos de saúde montaram os seguintes valores (R\$ 1,00):

- Total das receitas realizadas – R\$ 210.146.130
- Despesas liquidadas – R\$ 36.465.159

##### **1.2. Aplicação de recursos com a manutenção e desenvolvimento do ensino**

O percentual de aplicação de recursos com a manutenção e desenvolvimento do ensino foi de 25,24%, estando acima do limite mínimo estabelecido de 25%.

As receitas e despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino apresentaram os seguintes (R\$ 1,00):

**Total das receitas realizadas – R\$ 210.146.130**

**Detalhamento das receitas (R\$ 1,00)**

**1. Receitas de impostos – R\$ 60.658.000**

- 1.1. IPTU – R\$ 16.264.907
- 1.2. ITBI – R\$ 4.070.793
- 1.3. ISS – R\$ 33.920.298
- 1.4. IRRF – R\$ 6.402.002
- 1.5. ITR – 0,00

**2. Receitas de transferências legais e constitucionais – R\$ 149.488.130**

- 2.1. Cota-parte FPM – R\$ 59.627.025
- 2.2. Cota-parte ICMS – R\$ 73.652.304
- 2.3. ICMS desoneração – R\$ 648.840
- 2.4. Cota-parte IPI exportação – R\$ 2.088.971
- 2.5. Cota-parte ITR – R\$ 130.500
- 2.6. Cota-parte IPVA – R\$ 13.340.489
- 2.7. Cota-parte IOF-Ouro – R\$ 0,00

**Total das despesas – R\$ 53.044.731**

**Detalhamento das despesas – despesas liquidadas (R\$ 1,00)**

Pagamento dos profissionais do magistério R\$ 53.081.274

Outras despesas R\$ 20.609.868

Com base nos valores apresentados, o percentual aplicação de recursos com o pagamento de profissionais do magistério com educação infantil e ensino fundamental foi de 71,87%, portanto, acima do mínimo de 60%.

**Despesas com ações típicas do MDE – despesas liquidadas (R\$ 1,00)**

Educação infantil R\$ 49.872.430

Ensino fundamental R\$ 47.746.820

Outras despesas R\$ 19.141

(=) Total R\$ 97.638.391

(-) Total das deduções para fins de limite R\$ 44.607.677

**(=) Total das despesas para fins de limite R\$ 53.044.731**

## **2. Atendimento aos limites estabelecidos pela LRF para despesas com pessoal, endividamento, operações de crédito, inclusive por antecipação de receitas orçamentárias, concessão de garantias e contragarantias, obrigações contraídas no último ano de mandato, dentre outros limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal**

### **2.1. Total das despesas com pessoal**

No exercício de 2015, a receita corrente líquida considerada para fins de apuração do limite e a despesa total com pessoal foram de (R\$ 1,00):

Receita corrente líquida (RCL) – R\$ 349.144.435

Despesa total com pessoal – R\$ 182.833.849

De acordo com os dados disponibilizados no Portal da Transparência Municipal, o percentual de despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida (RCL) foi de 52,37%, estando acima dos limites de alerta e prudencial, mas abaixo do limite máximo permitido, que é de 54%. O percentual da despesa total com pessoal equivale a 96,98% do limite máximo permitido.

**Nota:** No cálculo da despesa total com pessoal estão excluídos os dados relativos a inativos e pensionistas, devido ao fato de que estes são classificados como “Outras despesas correntes”, conforme Portaria nº 95/2007 do Ministério da Previdência e Assistência Social.

### **2.2. Contratação de operações de crédito internas**

No exercício de 2015 houve contratação de operações de crédito interna sendo o ingresso de recursos no montante de R\$ 1.187.839,29, referente às seguintes operações:

**Projeto Nosso Bairro (BNDES)** – contratada em ano anterior:

Fonte de recursos: 190100000003

Valor: R\$ 1.000.000,00

**Operação de crédito Pró-Transporte** – contratada no exercício:

Fonte de Recursos: 190100000002

Valor: R\$ 787.839,29

**Remuneração recebida referente às operações crédito internas:**

Projeto Nosso Bairro (BNDES): R\$ 27.563,85

Operação de crédito Pró-Transporte: R\$ 655,48

O valor total das operações de crédito representa 0,51% da receita corrente líquida, estando dentro dos limites de endividamento estabelecidos pela Resolução do Senado Federal.

### 3. Medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal, se excedente ao respectivo limite, quando for o caso

As principais medidas adotadas para reconduzir o gasto total com pessoal para dentro do limite prudencial foi o controle de novas nomeações e a redução do número de cargos comissionados de servidores sem vínculo. Neste sentido, vale destacar que a Lei 7.230/2015 estabeleceu que o percentual de 50% dos cargos em comissão deverá ser reservado para nomeação de servidores públicos municipais efetivos, em atendimento ao art. 37, inc. V da Constituição Federal.

Com relação ao limite de gastos com pessoal, vale ressaltar que, ao final do exercício de 2015 em comparação com o exercício anterior, houve aumento das despesas com pessoal, entretanto, o comportamento da receita apresentou-se de forma contrária, ou seja, houve redução das receitas consideradas para fins de apuração do índice de pessoal, o que impactou significativamente o índice para cima, conforme demonstrado na tabela abaixo.

	2014	2015	Varição %
Receita corrente líquida	349.324.130	349.144.435	-0,05
Despesa total com pessoal	169.650.744	182.833.849	7,77
Índice de endividamento com pessoal	48,57	52,37	7,82

### 4. Cumprimento das metas estabelecidas na LDO

Tabela com as metas previstas e realizadas no exercício de 2015.

Especificação	Metas previstas	Metas realizadas	Variação	
	em 2015	em 2015	Valor (c) = (b-a)	(c/a) x 100
Receita total	386.110.168,00	378.360.147,73	-7.750.020,27	-2,01%
Receitas primárias (I)	346.081.537,00	366.305.688,04	20.224.151,04	5,84%
Despesa total	374.526.863,00	331.243.675,55	-43.283.187,45	11,56%
Despesas primárias (II)	331.638.783,00	340.007.506,63	8.368.723,63	2,52%
Resultado primário (III) = (I-II)	14.442.4754,00	26.298.181,41	11.855.427,41	82,09%
Resultado nominal	-18.515.505,00	22.214.907,97	40.730.412,97	-219,98%
Dívida pública consolidada	35.733.939,00	29.857.381,18	-5.876.557,82	-16,45%
Dívida consolidada líquida	-48.787.573,00	-200.782.211,10	-151.994.638,10	311,54%

## **5. Reflexo da renúncia de receitas no desenvolvimento econômico e social do município, considerando, inclusive, o reflexo nas contas públicas municipais**

O valor total previsto para a renúncia de receitas no exercício de 2015 foi de R\$ 11.909.000,00, mediante as modalidades de isenção, remissão, anistia, redução da base de cálculo e descontos concedidos para pagamento em cota única (à vista) de tributos municipais.

Como forma de minimizar o impacto da renúncia de receitas no município foram as seguintes medidas:

- Adoção do Programa de recuperação fiscal e regularização da dívida ativa (REFIN IV – Lei 6.753/2013) com o objetivo de promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos tributários ou não, que estejam inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.
- Regularização fiscal de empresas que atuam no Município, especialmente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o que contribui para a diminuição da informalidade, aumentando a base de contribuintes municipais.

Além das medidas adotadas, pode-se mencionar iniciadas em exercícios anteriores e que vêm apresentando resultados positivos no que se refere à compensação das renúncias de receitas concedidas, tais como:

- Implantação do sistema de nota fiscal de serviços eletrônica;
- Renovação do cadastro para utilização do REGIN, juntamente com a Junta Comercial do Espírito Santo JUCEES.

## **6. Adoção de medidas de compensação para a renúncia de receitas**

Desde o exercício de 2013, com a edição da Lei 6.818/2013, o município de Cachoeiro de Itapemirim adota procedimento de cobrança extrajudicial, com o envio das CDA's para protesto em cartório. Tal procedimento foi aprimorado com a edição da Lei 7.421/2016.

Outras medidas compensatórias são as constantes na LDO 2015 e relatório de gestão da Subsecretaria Tributária, conforme apresentado no item anterior (item 5).

## **7. Cumprimento dos programas previstos na LOA e sua consonância com a LDO e com o PPA, descrevendo de forma analítica as atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo, a execução dos programas incluídos na LOA, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e executadas**

O cumprimento das metas estabelecidas na LOA pode ser observado através dos anexos da execução orçamentária que compõem a Prestação de Contas Anual (PCA) do exercício de 2015.

#### **8. Inscrição, a baixa e os pagamentos de precatórios, evidenciando a política adotada pelo governo do município para o pagamento da dívida, na forma das disposições contidas no artigo 100 da CRFB/88**

A previsão atualizada para os precatórios incluídos na Lei orçamentária do exercício de 2015 foi de R\$ 4.423.349,56. No exercício foi empenhado, liquidado e pago o valor total de R\$ 4.333.651,86.

#### **9. Montante dos gastos com publicidade dos órgãos e entidades da Administração Pública, inclusive as empresas públicas e sociedades de economia mista municipais**

A tabela abaixo apresenta os valores empenhados, liquidados e pagos pelos órgãos da administração direta e indireta do município de Cachoeiro de Itapemirim.

<b>Órgão</b>	<b>Valor empenhado</b>	<b>Valor liquidado</b>	<b>Valor pago</b>
Secretaria municipal de comunicação social	1.435.975,48	968.880,89	968.880,89
Secretaria municipal de desenvolvimento social	200.000,00	14.780,34	14.780,34
Secretaria municipal de saúde	119.981,55	119.368,39	119.368,39
Agência de serviços delegados - AGERSA	27.897,41	25.057,41	25.057,41
<b>Total</b>	<b>1.783.854,44</b>	<b>1.128.087,03</b>	<b>1.128.087,03</b>

Os valores constantes da tabela acima são referentes a 3.3.90.39.80.00 – serviços de publicidade legal; 3.3.90.39.82.00 – serviços de publicidade de utilidade institucional e 3.3.90.39.83.00 – serviços de publicidade de utilidade pública.

#### **10. Estratégias operacionais adotadas pela Procuradoria Geral do Município no que se refere à recuperação dos créditos tributários municipais**

À Procuradoria Geral do Município, através do setor de execução fiscal, compete levar ao Poder Judiciário os débitos inscritos em dívida ativa no município. Através de petição, as CDA's são encaminhadas ao Juiz competente, o qual determinará a citação do contribuinte em débito com a Fazenda.

Pautados no procedimento especial disciplinado na Lei 6.830 de 1980, incumbe ao setor de execução fiscal ajuizar a CDA, identificando se o crédito preenche todos os requisitos que lhe conferem certeza e liquidez. O setor de execução fiscal promove, atualmente, o acompanhamento de cerca de 16.000 processos de execução que encontram-se

tramitando. A execução fiscal também realiza o protesto dos títulos que se encontrem sem a devida quitação, conforme estabelecido na legislação pertinente.

### **11. Atendimento das recomendações e/ou determinações contidas nos Pareceres Prévios emitidos pelo TCEES**

O município de Cachoeiro de Itapemirim, através do trabalho realizado entre Controladoria Interna de Governo e Secretaria Municipal de Fazenda, atendeu às recomendações do órgão de controle externo, seja no acompanhamento das metas de arrecadação, seja no controle dos gastos com pessoal.

### **12. Desempenho da arrecadação das receitas municipais, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, bem como as demais ações voltadas para o incremento das receitas de competência do Município**

Abaixo é apresentada a receita orçada x realizada no exercício de 2015, por categoria econômica.

<b>Categoria econômica</b>	<b>Receita orçada atualizada</b>	<b>Receita realizada</b>
Receita corrente	412.610.145,70	388.167.235,87
Receita de capital	14.928.223,48	8.097.394,80

Objetivando reduzir a sonegação fiscal bem como nos adequar ao momento econômico adverso que atravessa a economia do país, a fiscalização tributária da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, efetuou trabalhos de: homologação fiscal do ISS, blitz de mercadorias em trânsito através de convênio firmado com o Governo Estadual. Abaixo são demonstrados os resultados apurados nas ações realizadas pela equipe de Fiscalização Tributária da Secretaria Municipal da Fazenda do município, por tributo.

<b>Imposto sobre serviços – ISS</b>	
<b>Empresas intimadas</b>	
Para homologação do ISS	564
Para informações	777
<b>Levantamentos de ISS concluídos</b>	
	170
<b>Autos de infração</b>	
Quantidade de autos lavrados	128
Valor lançado (R\$)	4.219.075,90
Valor do auto pago (R\$)	1.844.238,94
<b>Notas fiscais avulsas de serviços</b>	
Quantidade de NF emitidas	2.401

Receita de serviços na emissão de NF avulsa (R\$)	35.326,13
Receita de ISS ref. NF avulsa (R\$)	231.769,26
<b>Receita de ISS (R\$)</b>	<b>32.373.063,25</b>

Fonte: Relatório de gestão da Subsecretaria Tributária 2015

<b>Imposto sobre transmissão de bens imóveis – ITBI</b>	
Guias de ITBI protocoladas	1.135
Guias de ITBI quitadas	783
Receitas de serviços de avaliação (R\$)	32.880,71
<b>Receita de ITBI (R\$)</b>	<b>4.070.793,18</b>

Fonte: Relatório de gestão da Subsecretaria Tributária 2015

<b>Imposto predial territorial urbano – IPTU</b>	
<b>Imóveis cadastrados</b>	
Com edificação	56.689
Sem edificação	12.109
Total	68.798

<b>Lançamentos</b>	
Carnês calculados	61.777
Carnês entregues	55.203
Valor lançado (R\$)	18.819.780,50

<b>Receita de IPTU</b>	
Quantidade de carnês quitados	45.037
Valor (R\$)	10.793.660,25

Fonte: Relatório de gestão da Subsecretaria Tributária 2015

#### **Lançamentos e arrecadação de ISS fixo, ocupação de área pública, taxas de fiscalização, de localização e de anúncios**

	ISS fixo	Taxa de fiscalização de localização	Taxa de fiscalização de localização – vigilância sanitária	Taxa de fiscalização de anúncio	Utilização de área pública	Total
Quan. Lançamentos	1.067	8.142	3.357	3.802	196	
Valor lançado (R\$)	478.639,71	2.051.423,12	1.553.046,91	977.515,16	89.338,22	5.149.963,12
Valor arrecadado (R\$)	286.500,21	1.233.669,72	1.034.195,63	652.934,75	54.059,87	3.261.306,18

Fonte: Relatório de gestão da Subsecretaria Tributária 2015

#### **14. Política de recuperação dos créditos inscritos em Dívida Ativa, bem como, os provisionamentos para perdas registradas em contas de ajustes da Dívida Ativa**

Durante o exercício de 2015, a gerência de cobrança da Secretaria Municipal de Fazenda efetuou 6.081 cobranças através de ligação telefônica, emissão de 1.332 cartas de cobrança e outras correspondências. No mesmo período foram encaminhadas 1.598 Certidões de Dívida Ativa para execução judicial, totalizando R\$ 14.319.846,54 (quatorze



milhões, trezentos e dezenove mil, oitocentos e quarenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos).

Houve recuperação de vários créditos tributários e encaminhamento de diversas cobranças extrajudiciais, evitando o envio de cobrança por meio judicial, o que otimiza o processo de cobrança, tendo em vista o alto volume de processos de execução no Poder Judiciário. Durante o ano de 2015 foram enviadas 1.039 CDA's para cobrança via cartório de protesto, totalizando o valor de R\$ 3.056.862,92.

Além das medidas elencadas acima foram realizadas, por parte da fiscalização tributária municipal, 45 blitz de fiscalização do ICMS e 410 trabalhos de auditoria das DOT's.

**15. Participação acionária do Município, em 31 de dezembro, nas empresas públicas e sociedades de economia mista, com indicação dos resultados obtidos no exercício sob análise**

Em 31/12/2015 o município possuía participação acionária de 100% (cem por cento) no capital da Companhia de Tecnologia da Informação de Cachoeiro de Itapemirim (DATAI), empresa pública municipal, porém tal participação não está reconhecida contabilmente.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 03 de novembro de 2016.

**Carlos Roberto Casteglione Dias**  
Prefeito Municipal